

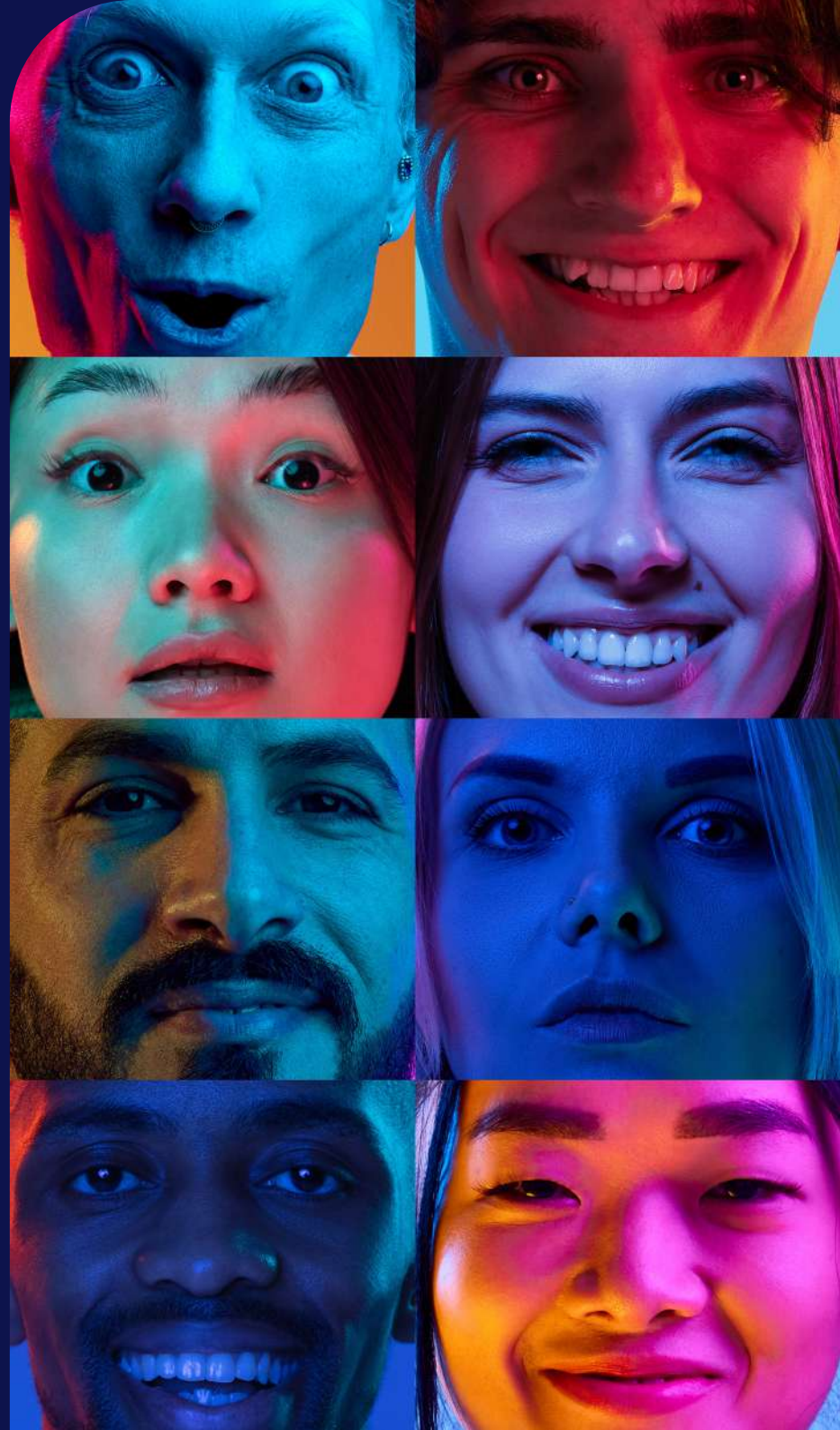
GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em

Direito Penal e

Processo Penal





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Direito Penal e Processo Penal	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	13
Diferenciais tecnológicos	14
Ingresso	15

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Prof. Érico de Barros Palazzo
Coordenador

Delegado de Polícia do Distrito Federal, ex-agente da PCDF. Já atuou como advogado e consultor tributarista. É especialista em Direito Administrativo pela Fundação Getúlio Vargas e foi aprovado em diversos concursos públicos das áreas policial e jurídica nos últimos anos. Atua como professor de Direito Penal e Direito Processual Penal.

DIREITO PENAL E PROCESSO

PENAL



Os temas relacionados a Direito Penal e Processual Penal fazem parte do cotidiano da sociedade e sua relevância foi intensificada em tempos de revolução tecnológica e acesso à informação. O curso de Pós-Graduação em Direito Penal e Processo Penal se revela imprescindível para quem atua na área criminal, seja como advogado, delegado, promotor de justiça, juiz, servidor público, seja como aquele que pretende futuramente exercer atividades relacionadas a esta área.

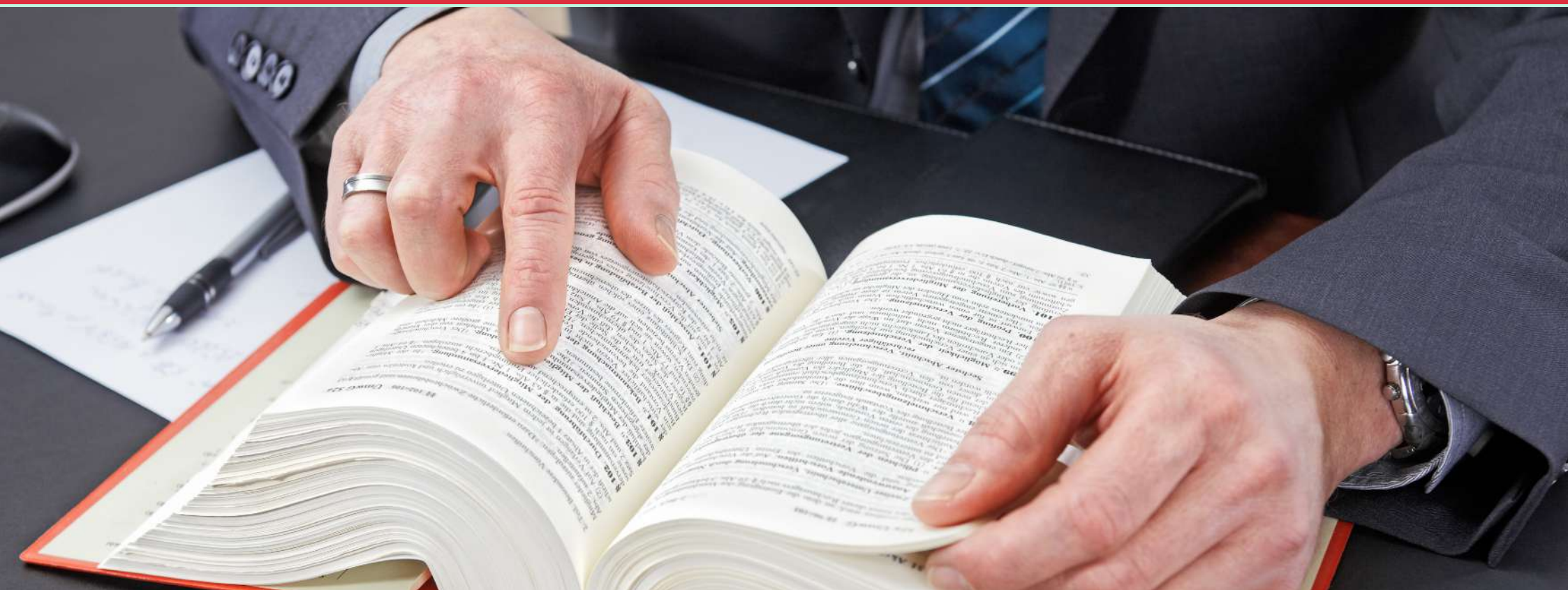
Entretanto, o curso também viabiliza o estudo da área criminal por qualquer pessoa que tenha interesse em aprofundar o seu conhecimento na área criminal, exatamente por se tratar de um tema inerente à vida em sociedade. É uma visão técnica de temas que pessoas debatem na internet e redes sociais de forma leiga e, desta forma, acabam tendo uma falsa compreensão do mundo jurídico-criminal.

DESTAQUES DO CURSO

Apresentar e aprofundar os estudos nas ciências jurídicas criminais;

Fazer o egresso entender os princípios e as bases do Direito Penal e Processual Penal;

Revisitar as bases teóricas da teoria do delito para compreender a sua evolução para solucionar os atuais conflitos e riscos modernos.



PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, advogados, servidores públicos em geral e, em especial, Delegados, Promotores, Defensores Públicos, Magistrados, e pessoas que tenham interesse na área criminal.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito Penal e Processo Penal tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. Ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Criminologia da Macrodelinquência	15h
02	Direito Penal e Direito Processual Penal Contemporâneo	18h
03	Teoria das Provas e Meios de Obtenção	25h
04	Criminalística	23h
05	Direito Processual Penal	25h
06	Delitos Humanos	25h
07	Direito Constitucional	48h
08	Direito Penal – Parte Geral	70h
09	Direito Penal – Parte Especial	41h
10	Direito Processual Penal II	25h
11	Crimes em Espécie	25h
12	Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	20h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		360 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 horas
TOTAL DO CURSO		400 horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
CRIMINOLOGIA DA MACRODELINQUÊNCIA	Necessidade do estudo da criminologia. A evolução do “crime” e da punição. A criminologia e a escola clássica. A escola positiva e o paradigma etiológico-explicativo. Criminologia contemporânea. As tentativas de explicação do crime com base no determinismo. Anomia. Associação diferencial. Cifra oculta. Sutherland e a criação do conceito do crime do colarinho branco. Importância de Sutherland para a criminologia com a mudança de paradigma. Ecologia. Subcultura. Teoria das vidraças quebradas. Criminologia marxista ou crítica. O problema de ideologias econômicas e políticas fornecerem uma explicação total para o crime. Interacionismo/teoria do etiquetamento ou do labelling approach. Os movimentos contra o imperialismo, o racismo, o sexismo e a guerra. Críticas e tendências. Os estigmas como metarregras: mulher, raça, religião e pobreza no sistema penal. Outros estigmas. Comparações entre a teoria dos estigmas como metarregras e a teoria do etiquetamento. A polícia e os riscos da seleção de pessoas com o efeito das metarregras-estigmas. Aplicação dos conceitos da criminologia na polícia federal.
DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL CONTEMPORÂNEO	Informativos do Superior Tribunal Federal. Informativos do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas do Supremo Tribunal Federal. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.
TEORIA DAS PROVAS E MEIOS DE OBTENÇÃO	Conceito, sentido e distinções de prova. Fato, vestígio, indício e prova. Objeto, fontes, elementos, meios e finalidade. Meios de obtenção de prova. Classificação e espécies. Sistema de avaliação e valoração. Princípios informadores. Classificação. Ônus e produção da prova. Procedimentos. Cadeia de custódia. Provas ilícitas. Provas ilegítimas. Provas em espécie.
CRIMINALÍSTICA	Criminalística: disciplina ou ciência? Assertivas técnicas. O método científico. Objetivo da ciência. O experimento. A hipótese. O argumento. Lógica dedutiva e indutiva. Aplicação dos conceitos na perícia criminal. Procedimentos e responsabilidades. Locais de crime. Elementos fundamentais para elaboração de laudo pericial. Cadeia de custódia e exames periciais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Direito processual penal. Princípios gerais, conceito, finalidade, características. Fontes. Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades. Sistemas de processo penal. Inquérito policial. Histórico. Natureza. Conceito. Finalidade. Características. Fundamento. Titularidade. Grau de cognição. Valor probatório. Formas de instauração. Notitia criminis. Delatio criminis. Procedimentos investigativos. Indiciamento. Garantias do investigado. Conclusão. Prazos. Jurisdição. Competência. Conexão e continência. Prevenção. Questões e procedimentos incidentes. Competência da justiça federal, dos tribunais regionais federais, do STJ e do STF, conflito de competência. Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas. Ação penal. Conceito, características, espécies e condições. Acordo de não persecução penal. Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. Juizados especiais criminais: aplicação na justiça federal. Termo circunstanciado de ocorrência. Atos processuais. Forma, lugar e tempo. Provas. Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. Princípios gerais da prova, procedimento probatório. Valoração. Ônus da prova. Provas ilícitas e decorrentes das ilícitas. Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários. Prisão. Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva. Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. Fiança. Sentença criminal. Ação civil ex delicto. Jurisdição e competência. Foro por prerrogativa de função. Competência em razão da matéria e territorial. Conexão e continência.

DIREITOS HUMANOS

Teoria geral dos direitos humanos: conceito, terminologia, eficácia vertical e eficácia horizontal, características, gerações de direitos. Afirmação histórica dos direitos humanos. Direitos humanos e responsabilidade do Estado. Direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro e na Constituição Federal de 1988. Natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos. Controle de convencionalidade. Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. Sistemas de proteção dos direitos humanos. Sistema global de proteção aos direitos humanos. Sistema interamericano de proteção aos direitos humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução n. 217-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948). Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto n. 40, de 15 de fevereiro de 1991). Lei n. 13.060/2014. Resolução da ONU n. 34/169 de 1979 – Código de Conduta para Policiais. Manual de Formação em Direitos Humanos para as forças policiais da ONU. Pacto de São José da Costa Rica. Violência e criminalidade. Segurança pública, ética e cidadania. Políticas públicas e gestão em segurança pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal e Processual Penal. Segurança pública. Organização da segurança pública. Atribuições constitucionais da Polícia Federal e demais órgãos de segurança pública.

<p>DIREITO PENAL – PARTE GERAL</p>	<p>Introdução ao direito penal. Conceito, caracteres e função do direito penal. Princípios básicos do direito penal. Relações com outros ramos do direito. Direito penal e política criminal. A lei penal. Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço. Imunidade. Condições de punibilidade. Concurso aparente de normas. Teoria geral do crime. Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Punibilidade. Concurso de crimes e crime continuado. Teoria do tipo. Crime doloso e crime culposos. Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Dolo e culpa. Iter criminis. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Ilícitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. Teoria geral da culpabilidade. Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. Princípio de culpabilidade. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição. Descriminantes putativas e culpa imprópria. Concurso de agentes: autoria e participação; conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; e, imputação. Teoria geral da pena. Cominação das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Regimes de pena. Pena pecuniária. Medidas de segurança. Aplicação da pena. Elementares e circunstâncias. Causas de aumento e de diminuição das penas. Fins da pena. Livramento condicional e suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação. Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas.</p>
<p>DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL</p>	<p>Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.</p>
<p>DIREITO PROCESSUAL PENAL II</p>	<p>Direito processual penal. Do processo comum. Dos processos especiais. Das nulidades e dos recursos em geral. Tribunal do Júri. Habeas Corpus. Procedimento Ordinário e Sumário. Do Juizado Especial Criminal (Lei n. 9.099/1995).</p>

CRIMES EM ESPÉCIE

Lei n. 11.343/2006 e suas alterações (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes). Lei n. 12.850/2013 e suas alterações (Crime organizado). Lei n. 9.503/1997 (Crimes no código de trânsito brasileiro). Lei n. 8.137/1990 e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo). Lei n. 8.072/1990 (Crimes hediondos). Lei n. 7.716/1989 e suas alterações (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor). Lei n. 9.455/1997 e suas alterações (Crimes de tortura). Lei n. 9.605/1998 e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente). Lei n. 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do desarmamento). Terrorismo (Lei n. 13.260/2016). Crimes na Lei n. 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da criança e do adolescente). Crimes da Lei n. 4.737/1965 e suas alterações (Código eleitoral). Lei n. 11.340/2006 (Violência doméstica e familiar contra a mulher). Lei n. 13.146/2015 e suas alterações (Crimes previstos no estatuto da pessoa com deficiência). Lei n. 10.741/2003 e suas alterações (Crimes cometidos contra idosos). Crimes contra as finanças públicas. Lei n. 11.343/2006 e suas alterações (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes). Lei n. 7.492/1986 (Crimes contra o sistema financeiro nacional). Lei n. 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro). Lei n. 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica). Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei n. 201/1967 e suas alterações, Lei n. 1.079/1950 e suas alterações e Lei n. 8.176/1991). Lei n. 13.869/2019 e suas alterações (Abuso de autoridade). Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores.

MEDIDAS CAUTELARES, PRISÃO PROCESSUAL E LIBERDADE PROVISÓRIA

Delineamentos constitucionais e hermenêuticos indissociáveis para compreensão da prisão provisória e soltura. Medidas cautelares e prisão processual: visão panorâmica das prisões no ordenamento processual penal brasileiro e a cautelaridade das prisões processuais. Uso de algemas. Privacidade versus direito à informação. Prisão em flagrante de delito. Prisão temporária. Prisão preventiva. Dever de fundamentação. Execução provisória da pena no tribunal do júri. Soltura: institutos restabelecadores do “status libertatis” no curso das perseguições penais. Do relaxamento da prisão ilegal. A liberdade provisória. Revogação da prisão preventiva. Dever de revisão do decreto preventivo. Prisão domiciliar e habeas corpus coletivo.

FAQ DO CURSO

O curso de Pós-Graduação em Direito Penal e Processo Penal é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de Pós-Graduação em Direito Penal e Processo Penal é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Direito Penal e Processo Penal é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

